restantes 5:307,5 francos suíços e mais 4.645\$50 constituindo encargo do ano de 1953.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Agosto de 1952.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Artur Águedo de Oliveira*.

— — —
Direcção-Geral de Saúde
Repartição dos Serviços Administrativos
 — — —

Portaria n.º 14:064

Na Portaria n.º 11:547, de 28 de Outubro de 1946, que aprovou a tabela dos honorários das manipulações farmacêuticas, reconhecia-se já a necessidade de se proceder à revisão dos preços dos medicamentos, que continuavam a ser regulados pela tabela aprovada pelo Decreto n.º 20:437, de 25 de Julho de 1931, com as alterações introduzidas pelos Decretos n.ºs 22:506, de 11 de Maio de 1933, e 26:704, de 16 de Junho de 1936. Dada a instabilidade dos preços de custo no mercado das substâncias medicamentosas, entendeu-se ser prudente aprovar somente a tabela dos honorários das manipulações, devendo seguir-se a tabela dos preços dos medicamentos desde que a comissão encarregada da sua actualização desse por findos os seus trabalhos e se verificasse certa estabilidade nos preços das substâncias medicamentosas.

Nestes termos, ouvida a comissão permanente para a elaboração e revisão dos preços dos medicamentos e visto o disposto no alvará de 5 de Novembro de 1808, no artigo 43.º do Decreto com força de lei de 3 de Dezembro de 1868, no artigo 10.º do Decreto n.º 17:636, de 19 de Novembro de 1929, e no n.º 26.º do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 35:108, de 7 de Novembro de 1945: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, o seguinte:

1.º É aprovado para servir de directório aos farmacêuticos e para fiscalização e policia das farmácias o Regimento dos Preços dos Medicamentos e Manipulações, que faz parte da presente portaria.

2.º O sobredito regimento será observado com as condições e pela forma prescritas na legislação em vigor.

3.º Os exemplares do regimento serão legalizados com o selo da Direcção-Geral de Saúde e o respectivo pertence assinado pelo director dos serviços técnicos do exercício de farmácia e comprovação de medicamentos, que também rubricará ou cancelará as restantes páginas.

Ministério do Interior, 26 de Agosto de 1952.— O Subsecretário de Estado da Assistência Social, *Alberto Ribeiro Queirós*.

— — —
Disposições gerais

1.º Os preços deste regimento serão aplicados exacta e escrupulosamente, salvo quando forem autorizadas algumas alterações, por proposta da respectiva comissão.

2.º Em todas as receitas aviaadas será aposto o carimbo da farmácia, número de ordem do seu registo no respectivo livro copiador, o preço de cada fórmula e a data da sua execução.

3.º É igualmente obrigatória a inscrição, em cada rótulo, do mesmo número de ordem e preço legal, sendo expressamente proibido o uso de cifra convencional.

4.º O preço de venda ao público dos medicamentos é calculado:

- a) Pelos preços das substâncias empregadas, segundo as tabelas deste regimento;
- b) Pelos honorários farmacêuticos constantes da respectiva tabela das manipulações.

5.º Os preços dos medicamentos que não se acharem regulados neste regimento serão os mesmos que tiverem no mercado, multiplicados pelos factores seguintes:

- 1.º Nos que forem empregados ou dispensados a quilogramas, 1,3;
- 2.º Nos que forem empregados ou dispensados a hectogramas, 1,6;
- 3.º Nos que forem empregados ou dispensados a decagramas, 1,9;
- 4.º Nos que forem empregados ou dispensados a gramas, 2,2;
- 5.º Nos que forem empregados ou dispensados a decigramas, 2,5;
- 6.º Nos que forem empregados ou dispensados a centigramas, 2,8.

6.º Os preços dos preparados e compostos que não se acharem taxados calcular-se-ão adicionando aos preços dos *simples* os da preparação ou composição que estes sofrerem, segundo a respectiva tabela, devendo para este fim ser considerados como *simples* os preparados que já se encontram indicados neste regimento. Quando haja mais de uma manipulação, cobrar-se-á unicamente a que tiver preço mais elevado.

7.º Nos honorários constantes da respectiva tabela estão compreendidas todas as manipulações ou operações preliminares para se obter uma fórmula farmacêutica determinada, como: pílulas, papéis, etc.

8.º O preço dos medicamentos nas ilhas adjacentes será o indicado neste regimento, aumentado de 10 por cento.

9.º O preço das quantidades intermédias às que se acharem fixadas neste regimento será calculado adicionando ao preço da unidade imediatamente inferior o da quantidade restante das primeiras cinco décimas partes da unidade imediatamente superior, avaliado em relação ao preço desta; o das segundas cinco décimas, em relação à diferença entre o preço daquelas e o da referida unidade superior.

10.º O preço das quantidades maiores do que as que se acham fixadas será feito em relação ao preço indicado para a maior unidade, sem mais redução alguma.

11.º Os preços das quantidades menores do que as que se acham fixadas serão o da menor quantidade indicada.

12.º Os preços regimentais, quer das substâncias quer dos honorários das manipulações, não são aplicáveis aos fornecimentos por grosso, isto é, fora das preparações e outras condições do receituário clínico.

13.º Deste regimento faz parte um prontuário com os preços fixos de medicamentos de uso comum e uma lista de outros de preço não fixado cuja existência é obrigatória nas farmácias.

14.º Os preços dos produtos cuja marca comercial seja especificada serão regulados pela tabela respectiva anexa a este regimento.

15.º É obrigatória a existência nas farmácias dos medicamentos marcados neste regimento com o sinal (*).

16.º A importância dos preços dos medicamentos fornecidos às instituições de assistência ou de previdência poderá ser regulada por preços especiais, ou beneficiar de descontos especiais, mediante aprovação do Ministro do Interior.